

ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: NA VISÃO DE UM EDUCADOR

Robson Damaceno da Silva

Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Castanhal, Bolsista (PIVIC) – robson.snm@gmail.com

Ivana de Oliveira Gomes e Silva

Doutora em Geografia (UNESP), Professora Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Castanhal. E-mail: ivanaogsilv@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta o resultado de um estudo bibliográfico a partir da disciplina Antropologia da Educação, com foco na Antropologia Rural. Com base em aulas dialógicas e reflexivas realizada no curso de Pedagogia Campus Castanhal – Pará e a pesquisa de natureza qualitativa foi possível elaborar argumentos plausíveis sobre como a Antropologia Rural é importante no meio universitário e no âmbito educacional, utilizando embasamentos teóricos nas obras de Freire (1974); Gusmão (2015); Ribeiro (1972), entre outros. A intenção foi de contribuir para uma educação de cunho inovador, aperfeiçoando o ensino por meio dos estudos antrópicos, realizando-os na prática educativa escolar. A finalidade deste trabalho é esclarecer a importância de ser um educador antropólogo, que valorize a experiência da vida dos estudantes, a cultura e a história e suas peculiaridades, interagindo assim com o meio sociocultural, absorvendo conhecimentos sobre a realidade da instituição e, por conseguinte melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem. O resultado deste estudo fomentam mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chaves: Antropologia. Educação. Prática educativa.

Introdução

O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica referente à disciplina Antropologia (Sociologia) Rural, realizada no curso de Pedagogia Campus Castanhal-Pará. E consiste como complemento das discursões teóricas e metodológicas realizada em sala, tendo como objetivo contribuir para uma educação de cunho inovador que colabore com a prática educativa escolar, explanando assim a importância de ser um educador antropólogo, que valorize a experiência, a cultura e a história dos seus alunos e suas peculiaridades, interagindo assim com o meio sociocultural do educando.

Com isso, é importante frisar a Prof^{ra}. Dr^a. Neusa Maria Mendes de Gusmão sendo referência no estudo da antropologia e educação no Brasil, pois a mesma dialoga entre as duas áreas, esclarecendo por meio das suas pesquisas a importância dos estudos

antropológicos pertinentes à educação. Assim para a mesma, a antropologia e a educação:

[...]. Tem por significado estabelecer um campo de trocas, de intercomunicação ou de ação mútua, como informa qualquer dicionário. A base desses processos está dada pela interação entre coisas diversas, vale dizer que não são iguais ou de mesma natureza. É disso que se trata quando pensamos em relações possíveis entre dois campos de conhecimento: a antropologia e a educação. Campos que diferem em seus princípios e também em seus pressupostos centrais, cujo movimento de intercomunicação e troca supõem a crítica constante e a revisão permanente dos próprios passos. (GUSMÃO, 2015, p. 21)

Com base na visão da referida autora entende-se que professor deverá ser um profissional reflexivo sobre suas práticas, levando em consideração o ambiente em que está trabalhando, realizando sempre auto avaliação, buscando novas metodologias pedagógicas que garantam a interação social com os alunos.

A interação sociocultural como uma especificidade metodológica pode melhorar o rendimento dos discentes no contexto escolar, conhecendo assim a realidade da família, da escola onde o estudante está inserido. Segundo Morin (2011), a condição humana deveria ser o objeto essencial de todo o ensino. Conhecer o humano é, antes de tudo, situá-lo no universo e não o separar. Todo conhecimento deve contextualizar seu objeto, para ser pertinente. “Quem somos?” É inseparável de “Onde estamos”, “De onde viemos” e, “Para onde vamos?”. Por isso conhecer a realidade local ajuda significativamente na comunicação, nas reflexões anteriores as atividades, e cria principalmente um laço de afetividade com os alunos, quebrando qualquer expectativa negativa.

De acordo com Vygotsky (1998), a interação social é tida como contexto de origem do desenvolvimento mental do indivíduo e todo desenvolvimento cognitivo é Inter psicológico, ou seja, surge como resultados da interação entre indivíduos, assim as atividades precisam garantir a adoção de procedimentos que facilitem e promovam a interação, já que é um artifício poderoso no processo de aprendizagem. Múltiplos processos de desenvolvimento ocorrem no indivíduo ao se ter a interação, como por exemplo, desenvolvimento cognitivo, comunicação em grupo, autonomia, avanços, que sem a interação social ocorreria com maior dificuldade.

Por fazer parte de nossa vida, criamos, aperfeiçoamos e transmitimos cultura, por isso é de essencial importância elaborar metodologias em cima deste ponto crucial. Segundo Ribeiro (1972), cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das reações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade e se motivam para ação. Portanto, a motivação e as experiências alavancam a criatividade das pessoas fazendo com que ocorra maior facilidade em atribuir conhecimentos.

Integrar a experiência consiste na ideia que as pessoas têm em si próprio o seu mundo, suas crenças, valores, culturas. De acordo com Beane (2003) o que aprendemos através da reflexão sobre as nossas experiências torna-se um recurso para lidar com problemas, questões e outras situações, tanto pessoais quanto sociais, à medida que estas surgem no futuro. Estas experiências e os esquemas de significação que construímos a partir delas, não se posicionam simplesmente nas nossas mentes como categorias estáticas e endurecidas. Tornam-se reflexões dinâmicas podendo relacionar com assuntos pertinentes ao cotidiano.

A partir destes argumentos a cima citados, busca-se no primeiro tópico explanar sobre a antropologia e educação na visão de Gusmão (2015), Freire (1974). No segundo momento será enfatizada a antropologia na escola na visão de um educador, buscando assim, maior interação social cultural com os alunos. Finaliza-se com uma análise crítica sobre educação e antropologia atualmente.

Antropologia e Educação

A antropologia é a ciência que se preocupa em superar o “mundo etnocêntrico”, de modo a ultrapassar o pensamento em que consiste que o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade socialmente é mais importante do que os demais, resultado do encontro entre civilização ocidental e outros povos, implicou em violência, distorções sobre estes povos e culturas, resultando o etnocentrismo europeu e norte americano.

Para Gusmão (2015) A antropologia é uma ciência do “fazer-fazendo”, que se constrói pela crítica constante de seus próprios passos, uma ciência que “aprende-e-ensina”, ao mesmo tempo em que “ensina-e-aprende”. Por essa razão o professor antropólogo tem um grande desafio, pois ele está incluso em uma sociedade capitalista

que prioriza lucro e que molda os estudantes para o mercado de trabalho, não priorizando a troca de aprendizagem entre professor e aluno. A autora ressalta que:

A educação é compreendida como partilha, comunicação e troca, pressuposto da aprendizagem e componente fundamental da cultura. Entende-se que não é possível tratar da educação sem falar em cultura e não se pode falar em cultura sem considerar a educação. Assim, colocar a dialogar a antropologia e seu método, o professor e sua prática no campo educacional implica, para um e para outro, ter que reconhecer a heterogeneidade do social, com múltiplas e diversas experiências e diversas culturas (GUSMÃO, 2015, p. 22).

Sendo assim a educação por sua vez tem por objetivo “moldar” o indivíduo para atuar em coletivo, integrando e homogeneizando no interior da sociedade, diferenciando cada um por suas características pessoais, por gêneros, por idade, garantindo equilíbrio da vida em sociedade. A educação visa exercer um controle sobre a existência social, de modo a assegurar sua reprodução por formas sociais coletivamente transmitidas.

Portanto as duas ciências são consideradas inseparáveis como a teoria e prática, logo o professor deverá fazer um diagnóstico da realidade sociocultural, ocorrendo de tal modo à inclusão social dos estudantes, buscando metodologias que contemplem a realidade local. Realizando este método no contexto escolar possibilitará avanços no ensino aprendizagem dos educandos, porém o docente precisa estar se capacitando e se atualizando sobre a escola e a sociedade em que está inserido.

Ao relatar sobre a realidade local como instrumento essencial para o ensino aprendizagem Paulo Freire,

Propõe uma Pedagogia humanizadora, em que o educador, em lugar de se sobrepor ao educando e continuar mantendo-os como quase ‘coisas’, com eles estabelece uma relação dialógica permanente... Educador e educandos, cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato de recriar o conhecimento... Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes (FREIRE, 1974, p. 61).

Busca-se a interação professor aluno o intuito de criar novos conhecimentos com base na realidade, pois o professor deve estar inserido no contexto vibrante da escola, desse modo, o professor irá aprimorar seu ensino, e fazer com que ocorram trocas de informações com seus aprendizes, absorvendo conhecimentos sobre a culturas dos mesmos e fornecendo a eles um ensino sobre a realidade local e global e com qualidade.

Para isso os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, dentre seus objetivos busca a capacidade dos alunos de “questionar a realidade, formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação” (BRASIL, 2007), na busca da capacidade de associar os referentes estudos com a realidade local, facilitando, assim, o ensino e a aprendizagem, pois os educandos irão ter acesso aos materiais que o professor utilizará em aula.

Portanto devemos pensar em um sistema educacional que possibilite o indivíduo a situar-se no tempo e espaço em que vive, tornando um instrumento de mudança social, no intuito de lutar por uma sociedade mais justa, e esta ideia/reflexão irá se concretizar a partir do momento em que os docentes utilizarem em suas metodologias a antropologia, visando uma integração cultural/social.

Antropologia na Escola

As escolas existem para promover o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos por meio da aprendizagem de saberes e modos de ação, para que se transformem em cidadãos participativos na sociedade em que vivem. A escola tem por objetivo promover aos estudantes acesso aos bens culturais no intuito de exercer a abordagem sociocrítica, tendo em vista a inserção crítica no mundo do trabalho, a constituição da cidadania (inclusive como poder de participação). Seu papel primordial, por tanto, é o ensino e a aprendizagem, que se cumprem pelas atividades pedagógicas, curriculares e docentes, estas, por sua vez, viabiliza pelas formas de organização escolar (LIBÂNEO, 2007).

Através disso faz-se de suma importância a gestão escolar inserir a antropologia no contexto educacional, no intuito de estudar a origem, a evolução, os costumes sociais, as crenças, estudando e aprofundando conhecimento sobre o “homem” na escola. Mari esclarece que,

A relação entre antropologia e educação é o de possibilitar a reflexão antropológica e das ciências humanas também, dentro do contexto educacional, de modo a possibilitar aos professores, pedagogos e alunos uma relação de conhecimento para a prática e reflexão, tanto através dos olhos dos professores, como através dos olhos dos alunos, corroborando a conscientização e as mudanças de paradigmas

construídos sobre as relações de poder capitalistas e de exclusão social (MARI, 2013, p. 11).

Com isso, o professor deve ser um profissional reflexivo, modificando o ensino tradicional sobre simplesmente transmitir e assimilar conhecimentos, mas mediar estes conhecimentos, elaborando assim métodos que torne o aluno um ser “pensante” crítico, podendo fazer análise da sociedade e da comunidade em que o rodeia.

A partir do momento em que a escola realiza um plano político pedagógico voltado a comunidade em que a mesma está inserida, ocorre um diálogo entre três pontos que são bases para uma melhor educação que é a comunidade, escola e o estado. Quando ocorre esta interação quem se beneficia é o aluno, pois todas as metodologias estarão voltadas para o mesmo, facilitando assim o ensino. No artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases Nº 9394/96, afirma no Art. 26 que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Nesses termos, a escola que elabora um plano político pedagógico que não inclui a comunidade como base fundamental para o ensino e aprendizagem está rompendo com a lei nº 9.394 de 1996, rompendo esta caracterização permite ao cidadão ou a qualquer entidade da sociedade civil acionar o Estado legalmente na cobrança deste direito, no caso de “oferta irregular da educação”, ficando a autoridade sujeita a responder por crime de responsabilidade.

Um ponto crucial para conciliar qualidade de ensino e realidade local é princípio da escola democrática. De acordo com Lück (2009) escola democrática é aquela em que os seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção de educação de qualidade para todos. O diretor mesmo não incluso na comunidade em que escola ou instituição de ensino está inserida é responsável de aproximar a instituição da comunidade e dos pais, buscando a educação coletiva de qualidade, tornar o ambiente aberto e participativo, fornecendo aos alunos conhecimento sobre os princípios da cidadania, a realização da gestão democrática segundo a autora é um princípio definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 3º. Inciso VIII), e na Constituição Federal (Art. 206, inciso VI). O mesmo se assenta no pressuposto de que a educação é um processo social colaborativo

que demanda a participação de todos da comunidade interna da escola, assim dos pais e da sociedade em geral.

Através disso, é papel da escola utilizar a antropologia no contexto escolar, elaborando assim métodos pedagógicos que facilitem o processo de ensino e aprendizagem dos educandos. E tornar o ensino mais propício e motivador aos que estão ali presente, obtendo resultados surpreendente, capaz de mudar a concepção de ensino tradicionalista que é muito forte atualmente. Por tanto elaborar um plano político pedagógico, com a finalidade de se tornar mais eficiente e que traga a comunidade para o âmbito escolar, pode influenciar significativamente no processo de ensino-aprendizagem.

Conclusão

Democratizar as instituições de ensino, no intuito de torná-lo um estabelecimento aberto à sociedade, construindo o projeto político pedagógico lado a lado contribui para fortalecermos as discussões em torno da Antropologia e, por consequência, da valorização da cultura, do saber local, cotidianidade do sujeito. A partir desse modo a gestão escolar é possível reconhecer a identidade cultural da instituição, por conseguinte amplia potencialmente das condições da educação. A antropologia faz-se necessária para entender o contexto sociocultural de todos os participantes que estão inclusos na escola, desdobrando/desvendando a realidade da comunidade.

Referências

- BEANE, J. (1997). **Curriculum Integration**. New York: Teachers College Press.
- BRASIL. Decreto Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GUSMÃO, Neusa Maria M. de. **Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v.21, n.44, p. 19-37, jan. /abr. 2015. Disponível em: < file:///D:/Users/Riceli/Downloads/15190-46796-1-PB.pdf> Acesso em: 17 de Jul. 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Concepções e práticas de organização e gestão da escola: Considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil**. Revista Española de Educación Comparada, Madrid, Espanha. Año 2007 Numero 13.
- LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MARI, Eric Carlos de. **Antropologia da Educação: apontamento entre Malinowski e Paulo Freire**. Disponível em: < <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/EricCMari.pdf>> Acesso em 17 de Jul. 2018.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo. Editora: Cortez. 2011.
- RIBEIRO, Darcy. **O processo Civilizatório: Etapas da Evolução Sociocultural**. 10º ed., Petrópolis: Vozes, 1972.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- _____. **The Collected Works of L. S. Vygotsky: Vol 1**. New York: Plenum, 1987.

